



**Requerimento nº 90/2009
(Dos Srs. Luiz couto e Pedro Wilson)**

Requeremos, nos termos regimentais, a realização de audiência pública no dia 30 de setembro de 2009, em apoio à Marcha dos Usuários de Serviços de Saúde Mental a Brasília – Por uma Reforma Psiquiátrica Antimanicomial, evento que vai congregar na Capital as entidades de usuários, familiares e outras que apoiam os direitos humanos dos usuários de tais serviços.

Justificativa

A Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial – RENILA, com apoio de diversas entidades, está organizando para o dia 30 de setembro de 2009 a referida marcha, num momento em que forças contrárias à Reforma Psiquiátrica Brasileira promovem uma campanha para frear o Sistema Único de Saúde (SUS) e as conquistas da Luta Antimanicomial.

Essas conquistas resultaram das mobilizações que tiveram como perspectiva o reconhecimento dos direitos humanos dos homens e mulheres usuários de serviços de saúde mental. Seus protagonizadas foram os próprios usuários e suas famílias, com participação também fundamental das entidades de profissionais de saúde, como o Conselho Federal de Psicologia, e militantes dos direitos humanos.

Esses movimentos convergiram em diferentes momentos para a Câmara dos Deputados, instituição que recepcionou essa luta e contribuiu para a promoção de avanços. A própria Comissão de Direitos Humanos e Minorias tem na sua história a marca do compromisso com a dignidade das pessoas que necessitam tratamento mental. Um compromisso de luta tanto pelo aperfeiçoamento das leis, quanto pelo acolhimento cotidiano de cidadãos que tiveram seus direitos humanos violados.

Formada por organizações com credibilidade e trajetória de atuação democrática, a Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial tem identificado a difusão, de forma sistemática, pelos meios de comunicação, de matérias que têm como fonte supostos "doutores na matéria", que apresentam casos mal sucedidos como se fossem regra. Em comum, essas fontes tentam fragilizar o trabalho desenvolvido e influenciar negativamente a opinião pública contra os avanços da Reforma Psiquiátrica. Nessas matérias, a voz do usuário nunca aparece. Suas entidades não são procuradas e suas opiniões não são consideradas.



Os usuários dos Serviços de Saúde Mental, que durante anos foram vítimas do abandono e da violência das internações psiquiátricas em hospitais asilares ou modernizados, exigem que suas opiniões sejam levadas em consideração. São eles, os que hoje freqüentam os Serviços Substitutivos e que tem sua cidadania e inclusão social potencializada, é que podem dizer que a Reforma Psiquiátrica Brasileira se constitui num patrimônio técnico, ético e político, do qual não estão dispostos a abrir mão. São eles, os usuários e familiares da Luta Antimanicomial, a prova viva de que os loucos podem viver em sociedade e que podem ser tratados em liberdade e com cidadania.

A Marcha é um espaço de visibilidade e expressão política dos usuários de Saúde Mental e suas organizações junto ao Governo Federal e a sociedade, com a finalidade de defender o SUS; defender a Lei 10.216/01; reivindicar a realização da IV Conferência Nacional de Saúde Mental; reivindicar a Reforma Psiquiátrica Antimanicomial, evidenciando o protagonismo dos usuários e fortalecer a Organização Política dos Usuários; e exigir a efetiva implantação do Programa De Volta Para Casa.

Durante a audiência pública também deverá ser lançado o *livro Damião Ximenes - Primeira condenação do Brasil na corte Interamericana de Direitos Humanos*, pela autora, Professora Nadine Borges. Trata-se de um relato dramático do caso do paciente portador de transtorno mental que foi imobilizado, espancado e morto em uma clínica psiquiátrica em Sobral-CE em 04 de outubro de 1999. A obra analisa com instrumental sociológico e jurídico os dispositivos sócio-políticos que transformaram o que seria mais uma tragédia pessoal em um caso exemplar de condenação do país em um tribunal internacional de direitos humanos.

A autora é advogada, mestre e doutoranda em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense e pesquisadora dos mecanismos de acesso ao sistema interamericano de direitos humanos.

Comissão de Direitos Humanos, 31 de agosto de 2009

Deputado Luiz Couto-PT/PB

Deputado Pedro Wilson-PT/GO